



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6904 - DF (2021/0000442-1)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR : ANGÉLICA VELLA FERNANDES DUBRA - DF017550
RÉU : SILVANA MARIA PIEDADE CORREIA PEREIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de ação rescisória ajuizada pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com pedido de tutela provisória de urgência, com base no art. 966, V, do Código de Processo civil, objetivando suspender acórdão da Primeira Turma desta Corte assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECONHECIDO NA VIA JUDICIAL. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DO INSS CONCEDENDO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. CONCOMITANTE EXECUÇÃO DE VALORES RELATIVOS AO BENEFÍCIO CONQUISTADO JUDICIALMENTE. POSSIBILIDADE.

1. O segurado que tenha alcançado em juízo determinado benefício previdenciário possui o direito de executar os valores daí decorrentes, ainda que, no curso da ação, tenha conquistado benefício mais vantajoso na seara administrativa, ou seja, por direta concessão do INSS. Tal execução terá por termo final a data do início do benefício mais vantajoso. Precedentes.
2. Agravo interno não provido.

O autor sustenta que "o provimento jurisdicional concedeu DESAPOSENTAÇÃO, ainda que indireta, pois, o Réu da presente ação estava aposentado desde 02/01/2009 e agora ganhou um provimento jurisdicional que lhe garantiu o direito de manter este benefício, mas receber os atrasados de outra aposentadoria, de 19/12/2002 a 01/01/2009, o que é VEDADO pela legislação" (fl. 15).

Aduz que "há defeito de fundamentação no acórdão rescindente, pois, muito embora reconheça que se figura legítima a manutenção do benefício concedido administrativamente sem que seja necessário abdicar da execução de parcelas atrasadas do benefício postulado em juízo, cita como argumento de persuasão julgados anteriores ao julgamento do RE/RG 661.256 que partiam da lógica vigente à época do SUPERADO Recurso Especial Repetitivo 1.334.488/SC" (fl. 18).

Alega ser urgente o deferimento da suspensão da execução "no tocante à obrigação de pagar, consistente nos atrasados do benefício de 19/12/2002 a 01/01/2009, que está em fase de determinação de expedição de requisitório" (fl. 26).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência requerida em ação rescisória exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados na inicial, e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

O pedido acautelador em ação rescisória deve ser examinado cuidadosamente. É que, embora rescindível, não se pode afastar a premissa de que se trata de coisa julgada, cuja intangibilidade é consequência do princípio da segurança jurídica.

Na espécie, não ficou evidenciado o *periculum in mora*, pois não há argumentação na inicial que comprove o perigo de dano irreparável ao resultado útil do processo. Não bastam, para a comprovação do perigo de dano, alegações genéricas sobre a "conhecida realidade das ações rescisórias nas quais o INSS é autor" (fl. 26). O autor também deixou de comprovar o andamento do eventual cumprimento da sentença.

Acrescente-se que o *fumus boni iuris* é discutível, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido do não cabimento da ação rescisória nos casos de desaposentação com renúncia à aposentadoria, por incidência da Súmula n. 343 do STF, que não deve ser afastada nem mesmo nas hipóteses em que tal ação estiver fundada em violação de norma jurídica, salvo no caso de pronunciamento do STF em controle concentrado de constitucionalidade (AR n. 5.301/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 19/11/2019).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de avaliação ulterior pelo relator.

Cite-se a parte ré para, querendo, responder à presente ação no prazo de 30 dias, nos termos do art. 970 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente